

Ministério Público instaura inquérito sobre reajuste da tarifa

Representação questiona evolução dos subsídios públicos e fiscalização dos contratos

Fernanda Sunega/Prefeitura de Campinas

Por Raquel Valli

O Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) instaurou um inquérito civil para apurar o reajuste da tarifa do transporte público municipal de Campinas em 2026 e o aumento do subsídio pago pela Prefeitura.

O processo foi aberto após denúncia da vereadora Mariana Conti e da deputada federal Sâmia Bomfim, ambas do PSol-SP. A representação questiona critérios para o aumento da passagem, evolução dos subsídios públicos e fiscalização dos contratos de concessão do transporte de ônibus.

O sistema de transporte de Campinas apresenta instabilidade, com discussões sobre a tarifa e sobre a licitação do transporte público de R\$ 11 bilhões para concessão por 15 anos, prorrogáveis por mais cinco.

Tarifas

De acordo com a representação, a tarifa básica de R\$ 6,50 e o Bilhete Único de R\$ 6 tiveram reajustes de até 5,26%, superior aos 4,26% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - o índice oficial de inflação do Brasil. Já os subsídios municipais passaram de R\$ 139,5 milhões para R\$ 218,4 milhões em 2025, uma elevação de 56,56%.



Empresas que perderam licitação têm até o fim desta semana para apresentar recursos

Ainda de acordo com a documentação, em 2023 o Bilhete Único Comum passou de R\$ 5,15 para R\$ 5,45 e o Vale-Transporte de R\$ 5,60 para R\$ 5,90. Em 2024, os valores foram mantidos. Em 2025, o Bilhete Único subiu para R\$ 5,70 e o Vale-Transporte para R\$ 6,20.

E, este ano, atingiram R\$ 6 e R\$ 6,50, respectivamente. A sequência de aumentos e o crescimento do subsídio geram necessidade de controle sobre os custos das concessionárias e sobre

a prestação do serviço.

“A população está pagando mais caro na catraca, o orçamento municipal está transferindo cada vez mais recursos ao sistema e, ao mesmo tempo, a nova licitação bilionária é cercada por questionamentos sobre transparência, vínculos empresariais e acesso a documentos. Isso exige fiscalização profunda, controle social e abertura completa das planilhas e contratos”, afirma Conti.

“Campinas precisa enfrentar o debate de fundo: transporte

público é direito social e serviço essencial. Não podemos aceitar um sistema em que a população paga caro, o orçamento municipal injeta centenas de milhões de reais e as decisões continuam concentradas em contratos pouco transparentes que nunca representam uma mudança de fato. É preciso lutar por tarifa zero e pela municipalização do transporte público, com planejamento público, controle social e prioridade absoluta ao usuário”, acrescenta.

Já Bomfim declarou: “onde há tarifa alta, subsídio elevado e falta de transparência, deve haver investigação. O transporte público precisa servir ao povo, e não funcionar como fonte permanente de lucro privado sem controle efetivo”.

O outro lado

O Correio da Manhã entrou em contato com a Prefeitura para obter o posicionamento da Administração municipal a respeito.

Em nota, o Poder Executivo informou que “vem fornecendo toda a documentação solicitada pelo Ministério Público (do Estado de São Paulo), a partir dos estudos de composição da tarifa realizados pela Emdec (autarquia municipal responsável pelo transporte público de Campinas) e pela Setransp (Secretaria Estadual de Transportes)”.

Reforça “que o reajuste aplicado às tarifas do transporte público vigentes em 2026 considera o índice médio de recomposição de 4,24%, próximo da taxa acumulada da inflação do período”.

Ainda de acordo com o comunicado, “os índices aplicados buscam o equilíbrio econômico-financeiro do sistema e consideram custos operacionais, tais como preços dos insumos, combustível e mão de obra”.

Auditor da Receita afastado por propina

Arquivo/PF

Por Raquel Valli

A Polícia Federal deflagrou uma operação na terça-feira (2) que resultou no afastamento de um auditor da Receita Federal que trabalhava em Campinas.

O servidor é suspeito de aceitar vantagens indevidas que somam R\$ 2 milhões no período em que administrava a unidade do órgão em Itajaí (SC).

O esquema consistia na liberação irregular de trâmites na alfândega, gerando um rombo estimado em mais de R\$ 10 milhões aos cofres públicos.

Os levantamentos apontam que o investigado tinha despesas pessoais, como passagens e faturas de cartões de crédito, custeadas por corporações beneficiadas pelo esquema.

Durante o cumprimento dos mandados judiciais, os agentes recolheram R\$ 515 mil em espécie e 15 relógios de luxo.

Ainda de acordo com a PF, o servidor mora em um imóvel cujo aluguel custa R\$ 14 mil mensais, e que custeado pelos empresários.

Por ordem judicial, os bens dos envolvidos foram bloqueados. Abrangem 25 propriedades imobiliárias, 19 automóveis e 65 contas bancárias.

A apuração também detectou que a lavagem do dinheiro obtido ilegalmente ocorria por meio de estabelecimentos comerciais registrados em nome de parentes do servidor.

A operação

Cumpriu 24 mandados de busca e apreensão entre São Paulo e Santa Catarina. Os materiais confiscados passarão por perícia para desarticular o esquema e rastrear outros possíveis envolvidos e/ou delitos. Na região de Campinas, as diligências foram na cidade, em Paulínia, em Valinhos e em Hortolândia.

Foram cumpridos oito mandados em Campinas, dois em Paulínia, um em Valinhos e um em Hortolândia. Na Capital paulista, foram três, e, em Guarulhos, mais três. Em Santana do Parnaíba foram dois, e, em Barueri, um. Já em Itajaí, foram três.



Durante a operação, foram realizadas 24 diligências, sendo oito delas em Campinas (SP)